

Vitor de Azevedo era paulista de Bariri, onde nascera a 30 de julho de 1905. Completaria, pois, 74 anos dentro de um mês. Toda sua vida foi praticamente marcada pelo jornalismo, com atuação especial no velho “Correio Paulistano” e, depois, no “Diário de São Paulo”, além de ter militado também na imprensa do interior. Jornalista não apenas de profissão, mas sobretudo de vocação, seu nome há de ser devidamente reverenciado pelos seus colegas e, sobretudo, pelos seus confrades da Academia Paulista de Jornalismo.

*

RAPOSO TAVARES NO AMAZONAS

Em memória de Vitor de Azevedo, transcreve-se, a seguir, a nota publicada pelo responsável pela NBH no Suplemento Literário de “O Estado de S. Paulo” (15/4/1967) e no “Diário do Povo”, de Campinas (17/9/1967), a propósito do livro **Atuação real de Raposo Tavares na viagem ao rio das Almanzonas** (São Paulo, Editora Obelisco, 1966, Col. “Cadernos de História”, dir. por Brasil Bandecchi).

O pequeno volume do Sr. Vitor de Azevedo que integra a coleção **Cadernos de História**, da Editora Obelisco, apresenta erudita e bem documentada contribuição a um assunto que, embora não seja dos mais importantes da história do bandeirismo, revela aspectos novos e preciosos para o conhecimento das jornadas de Raposo Tavares pelo interior da América do Sul. Mais exatamente, a sua atuação real na viagem ao Amazonas ou ao **Rio das Almanzonas**, como escrevia um cronista do século XVII. Pretende o A. retificar alguns informes de Taunay, de Washington Luís, de Alfredo Ellis Júnior, de Carvalho Franco e de Sérgio Buarque de Holanda, em torno da gigantesca empresa que Jaime Cortesão denominou “a maior bandeira do maior dos bandeirantes”. Tarefa difícil, uma vez que a documentação não é das mais abundantes. Pretende a maioria dos autores aos quais corrige Vitor de Azevedo (e além deles também Varnhagen), que, para a grande jornada o famoso mestre-de-campo teria partido de São Paulo e atravessado os campos da Vacaria, no sul de Mato Grosso.

Alguns documentos compulsados pelos que anteriormente trataram do assunto, mas que, ao ver do A., não perceberam o sentido exato dos textos então examinados, podem levar à afirmação ora feita, segundo a qual, para a sua famosa bandeira ao Amazonas, não teria Raposo Tavares partido de São Paulo, mas sim da Bahia, onde se encontrava. Dos documentos examinados pelo A., é uma informação de 1674 a que aduz informes julgados mais concludentes pelo Sr. Vitor de Azevedo, pois, em sua opinião, não padece dúvida que o

autor da referida informação (Manuel Barreto de Sampaio) redigiu-a da Bahia de onde “saiu o mestre-de-campo Antonio Raposo, em descobrimento dos sertões, empenhando-se de tal modo que, vindo a parar em Quito, daí pelo rio das Almanzonas veio a sair ao Maranhão, em cuja viagem passaram grandes trabalhos e gastaram mais de três anos”. Raciocine-se agora, recomenda o Sr. Vitor de Azevedo: “o mestre-de-campo, saindo da Bahia, em hipótese alguma poderia adotar o itinerário que Washington Luís idealizou, no pressuposto evidente de que ele encetara viagem em São Paulo. Se o seu objetivo era o Amazonas, buscaria, sem dúvida, penetrar no grande rio pela via marítima, mais fácil e rápida”.

Adiante, lembra o A. que as confusões a respeito desta bandeira resultaram da amplitude com que foi concebida, sob bafejo oficial. Ela se dividiu em duas tropas. Quem o diz é um contemporâneo dos acontecimentos, nada menos que o Padre Antônio Vieira. Seu depoimento consta de uma carta escrita no início de 1654, publicada e comentada por Jaime Cortesão em seu livro **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. Mas, para o Sr. Vitor de Azevedo, do mesmo modo que Afonso de Taunay não entendeu a informação de Barreto Sampaio, o brilhante escritor português não entendeu a carta de Vieira. Da análise de tal carta, deduz o A. que “a bandeira fora concebida sob a forma de um movimento de torquês, cujos arcos se foram fechando até a junção final”. Onde se teria dado a junção das duas tropas é o que os documentos não permitem afirmar com segurança. O Padre Vieira não é preciso a este respeito, mas calcula, para tanto, “uma distância correspondente a um ano de marcha da aldeia de Mboymboy”, em território dos índios serranos que, provavelmente, pertence ao próprio departamento de Quito, a que sumariamente alude Barreto Sampaio e do qual também fala o cronista Berredo ao narrar os combates sustentados pelos bandeirantes nesta segunda fase, agora sob o comando total de Raposo Tavares.

Sobre as peripécias do percurso inicialmente seguido pelo grande bandeirante não ficaram documentos escritos. Mas sua entrada pelo delta amazônico rigorosamente se deduz de uma série de circunstâncias analisadas no presente trabalho. “Bem ponderado tudo, é óbvio que ele navegou no sulco deixado por Pedro Teixeira”. A certa altura do trajeto, porém, teria infletido por um dos numerosos tributários da margem direita do Amazonas, que lhe teria dado acesso à área geográfica em que, segundo plano determinado, deveria esperar pela gente do capitão Antônio Pereira de Azevedo, comandante do outro troço da expedição.

Além dos dois documentos citados e divulgados na parte que interessa ao esclarecimento de seu ponto de vista — a informação de Sampaio e a carta de Vieira — o autor divulga também o testamento de Pedro Fernandes,

que integrou a tropa de Antônio Pereira de Azevedo, morrendo no sertão e sendo inventariado em São Paulo em 1654.

Constitui, assim, este volume 11 dos **Cadernos de História** interessante contribuição para o melhor conhecimento da “maior bandeira do maior dos bandeirantes”. Permanece, pois, a editora fiel ao seu programa inicial de, ao lado de textos e documentos raros, de difícil alcance dos estudiosos, editar também de autores contemporâneos, que apresentem interesse pela pouca divulgação dos assuntos ou pela originalidade que possam apresentar.

*
* *
*

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção são reproduzidas algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista, às sextas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas.).

13. O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Mais que simples episódios históricos, os movimentos revolucionários constituem um processo cujo desenvolvimento transcende de muito as balizas cronológicas com que se costumam marcar os eventos da História. Eis por que é fácil saber quando eles começam, mas dificilmente se poderá marcar seus termos. Aliás, já se disse que as revoluções nunca terminam... Convencionou-se uma data para marcar o início da Revolução Francesa: o 14 de julho de 1789, com a tomada da Bastilha. Mas quem poderá dizer quando ela terminou? Ou será que terminou? Aqui, cabe antes de tudo, considerar numa revolução seu ponto de vista militar e seu ponto de vista civil. É claro que, do ponto de vista militar, ela tem começo e tem fim. Poder-se-á precisar até o minuto decisivo em que o primeiro tiro foi disparado ou o minuto também decisivo em que a ordem de cessar fogo foi dada. Mas, do ponto de vista civil, o processo não é tão simples. É fácil dizer que a Revolução de 1930 terminou com a deposição de Washington Luís no dia 24 de outubro. Mas, do ponto de vista civil, é justamente nesse momento que ela começa. E terá terminado? Hélio Silva, no seu magnífico painel do ciclo de Vargas, denominou-a a “revolução traída”. Talvez tenha sido. Mas eu preferiria denominá-la a “revolução inacabada” ou “incompleta”, se preferirem.